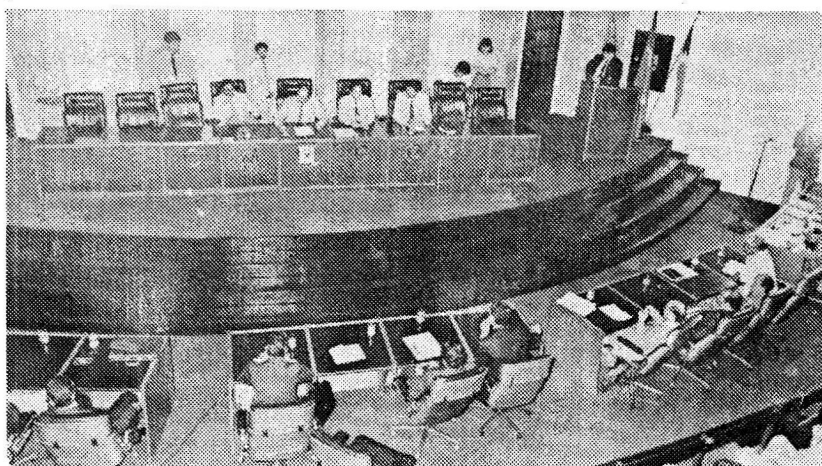


Assessores do Senado retornam a Brasília



Ponte aérea traz assessores do Senado para auxiliar vereadores redigirem Lei Orgânica

Os assessores Carlos Walberto Chaves Rosas e Alexandre de Paulo, do quadro de funcionários do Senado e deslocados para Campo Grande pelo 1º secretário da Mesa diretora da Câmara Alta, Mendes Canale, depois de “orientarem” os vereadores na primeira sessão da Constituinte Municipal, quando começou a ser votado o Regimento Interno, retornaram à Brasília. Eles permaneceram dois dias na cidade, e ficaram hospedados no Indaiá Park Hotel, classificado pela Embratur como estabelecimento de três estrelas. “Mas sem nenhuma despesa para a Câmara Municipal”, explica o vereador João Pereira, autor da idéia de “importar” os assessores do Senado, sob o argumento de que eles têm experiência porque trabalharam na Assembléia Nacional Constituinte e faltam conhecimentos a esse nível para elaborar a Lei Orgânica do Município.

Ontem o senador Mendes Canale não foi localizado para informar os termos do convênio de cessão de servidores do Senado para a Câmara Municipal de Campo Grande. Entretanto, segundo a Mesa do Legislativo Municipal, todas as despesas com deslocamento de assessores técnico-jurídicos, estadia e pagamento de trabalhos extra corre por conta do Senado.

Inspirados na idéia de João Pereira, vereadores de outras Câmaras Municipais também pensam em recorrer ao senador Mendes Canale para trazer técnicos para “orientarem” na elaboração

da Lei Orgânica nos respectivos municípios.

Na segunda-feira a Câmara realiza a segunda sessão, para terminar de votar o Regimento Interno. Segundo a assessoria, o Senado pode mandar outros funcionários, porque o acordo feito com os vereadores prevê o deslocamento de servidores especialistas em diversas áreas. “Os assessores que vieram esta semana retornaram a Brasília mas não significa que eles terão que voltar. O Senado pode mandar outros funcionários, dentro de outra especialidade”, explicou um funcionário do escritório do senador Mendes Canale.

A idéia de João Pereira de “importar” assessores do Senado continua repercutindo negativamente entre técnicos legislativos e assessores e consultores jurídicos, que interpretam a proposta como atestado de incompetência aos vereadores e menosprezo à inteligência local. Nas reações, alguns colegas de Pereira lembram que os funcionários do Senado podem ter conhecimentos técnicos importantes, mas os próprios vereadores têm competência para interpretar a nova ordem jurídico-institucional para se pautar no trabalho de elaboração da futura Lei Orgânica do Município. De resto, sustenta-se que “técnicos de fora nada tem a ver com a realidade da região”. Nesse sentido, Campo Grande pode ter uma Lei Orgânica resultado de uma simples adaptação à Constituição ao invés de inovar, avançando nos pontos peculiares e comuns ao Mato Grosso do Sul.